

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	VII
--------------------------	------------

Parte 1

O PASSO A PASSO DO CICLO DE CONSTRUÇÃO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1. Da beligerância reprimida à “descompressão” irrefreada.....	1
2. Os efeitos do inflacionamento do contencioso no Judiciário: o início da reescritura do modo de exercício da atividade jurisdicional em matéria tributária	2
3. O papel “definitivizador” assumido pelo Código de Processo Civil de 2015.....	5
4. A definição das teses tributárias pelo Judiciário e o binômio “tempo” e “consistência”: o surgimento da chamada “transação no contencioso”	6
5. Surgindo um novo paradigma	8

O (DES)CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO:
DA LITIGIOSIDADE ESCALAR À TRANSAÇÃO DE TESE

6. Aspectos que demonstram a relevância desse novo paradigma.....	8
7. Transição, não ruptura.....	8
8. Síntese do novo paradigma.....	9

Parte 2

O PARADIGMA DO (DES)CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO: ELEMENTOS ESSENCIAIS E PROCESSO DE FORMAÇÃO

1. A marca do novo paradigma: a articulação combinada de jurisdição e transação.....	11
2. O contencioso pós-Constituição de 1988: retomando os primeiros passos do histórico.....	13
3. O protagonismo da advocacia privada na definição das teses pós Constituição de 1988.....	15
4. A força temporalmente transcendente dos julgamentos pós-Constituição de 1988.....	17
5. O nascimento das “teses-filhote” ou o “efeito rebote”: retomando o segundo passo.....	18
6. A tese da exclusão das receitas financeiras das bases de cálculo do PIS e da Cofins.....	19
7. A tese da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da Cofins.....	21
8. Da estruturação institucional da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da assunção de posição de destaque nos litígios tributários.....	22
9. O ressuscitamento da cobrança (execução fiscal) na perspectiva da PGFN.....	25

10. Dos atos normativos direcionados à cobrança do crédito tributário	26
---	----

Parte 3

A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PARADIGMA: O (DES) CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO PARA ALÉM DE UM RASCUNHO TEÓRICO

1. O ambiente dialógico eficientemente estimulado pelo Código de Processo Civil de 2015	29
2. Os sucessivos atos normativos da “PGFN” tendentes a aproximar Fisco e contribuintes	31
2.1 A Portaria PGFN n. 502/2016	32
2.2 A Portaria PGFN n. 33/2018	33
2.3 As Portarias PGFN n. 360/2018 e n. 742/2018....	35
3. A Lei n. 13.988/2020 como reflexo do percurso seguido pela PGFN	36

Parte 4

A TRANSAÇÃO DE TESE: PILAR DO “NOVO” (DES)CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

1. Uma primeira palavra sobre a (convencional) função jurisdicional.....	39
2. A jurisdição tributária.....	40

O (DES)CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO:
DA LITIGIOSIDADE ESCALAR À TRANSAÇÃO DE TESE

3. Jurisdição e transação no contencioso tributário fundado em tese	42
4. A origem normativa da transação tributária	43
5. A transação repressiva e a transação preventiva de conflitos: atribuindo sentido para o vocábulo “determinação”	45
6. Transação no contencioso em termos de eficácia: panorama geral	46
7. As peculiaridades eficaciais da transação no contencioso	48
7.1 Retração da jurisdição.....	49
7.2 A formação de documento que instrumentaliza o compromisso do sujeito passivo quanto à quitação do crédito tributário a que a demanda se refere	50
7.3 O potencial reaparelhamento da jurisdição em versão executiva	51
7.4 Extinção do crédito tributário a que a demanda se refere	52
7.5 Contenção da judicialização em perspectiva futura	52
7.6 Síntese pragmática	53
8. Duas particulares situações	54
9. Uma trava na formação de novos conflitos relacionados à tese transacionada.....	56
10. Transação de tese e sua conexão com o plano processual: indo além do presente.....	58
11. Retornando ao caso dos créditos inscritos em Dívida Ativa.....	61

Parte 5

A PRAGMÁTICA DA TRANSAÇÃO DE TESE

1. Os objetivos da transação no contencioso	65
1.1 O plano literal-normativo.....	66
1.2 O plano metatransacional.....	67
1.3 O plano individual.....	68
1.3.1 Objetivos da Fazenda.....	69
1.3.2 Objetivos do contribuinte	71
1.4 Quadro-resumo	72
2. A dinâmica da transação no contencioso	73
2.1 Passo “1”	73
2.2 Do passo “1” para o “2”	74
2.3 Do passo “2” para o “3”	74
2.4 O passo “4” e sua variabilidade.....	75
2.5 Do passo “4” para o “5” e o subsequente passo “6”	75
2.6 O passo “7”	77
2.7 Síntese	78
3. Elementos que dão suporte à opção pela via transacional (perspectiva fazendária).....	78
3.1 Relevância e disseminação da tese.....	79
3.2 A inexistência de indicativos de solução da tese no ambiente jurisdicional	81
3.3 A questão do tempo demandado para a solução em ambiente jurisdicional	82

O (DES)CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO:
DA LITIGIOSIDADE ESCALAR À TRANSAÇÃO DE TESE

3.4	A possível inconsistência da solução aparelhada em ambiente jurisdicional	83
3.5	O processo de formação da vontade do contribuinte na adesão	84
4.	As exceções ao impedimento da “relitigação” (judicialização) da tese	85
4.1	Superveniência de precedente em sentido contrário à tese transacionada	86
4.2	Superveniência de lei alteradora da regra-matriz de incidência tributária ensejadora da tese	88
4.3	A dúvida sobre a higidez do ato que formaliza a transação	89
4.4	Sobre os efeitos da transação derivados	90
4.5	Exceções à trava da litigação, as hipóteses enumeradas e o que não podemos deixar de considerar nesse contexto	91
5.	O especial caso dos embargos à execução fiscal	92
6.	Principiologia da transação no contencioso: voltando ao salto paradigmático	94
6.1	Empatia	97
6.2	Alteridade.....	98
6.3	Dialogia	99
	REFERÊNCIAS	101